

O ensino secundário feminino em Portugal nos anos 30

Algumas questões para a sua análise

CRISTINA ROCHA (*)

Em termos históricos, no Ocidente, o processo educativo feminino parece ter sido pautado pela passagem da educação privada, doméstica ou realizada na intimidade dos conventos ou colégios, para a educação pública, progressivamente escolar, de par com as *nuances* educativas que o ensino particular, nas diferentes formas de que se reveste, permite. Mais do que a forma, é progressivamente o

(*) Assistente na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

peso do saber escolar que se impõe e que importa compreender.

É no decurso da laicização progressiva da sociedade, a partir de meados do século XVII^{II} que se inicia o processo de secularização da mulher. A crítica da sua ignorância e a defesa da sua educação, são, a partir de então, colocadas na óptica da sua funcionalidade à Nação.

A questão da educabilidade da mulher pôs-se no quadro de transformações sociais globais, e com ela tinha-se em vista a optimização de uma função determinante, a que articula e

interliga a república e os cidadãos.

A secularização da mulher vai processar-se a longo em três campos: no campo do saber, pela sua progressiva participação no saber academicamente instituído; no campo da participação institucional, pela progressiva das mãos da mulher e da Igreja para o Estado; no campo do desempenho através do exercício de profissões exteriores ao mundo doméstico.

Assim, condições de educação parecem ser duradouras e ricas de significados sociológicos, reveladoras

mente da complexidade social: por um lado, a educação, quando compreendida por relação à diversidade sexual, ganha toda uma outra dimensão como fenómeno social, como agente de produção e reprodução; por outro lado, compreender a forma como o ser feminino se estrutura socialmente, como ganha ou perde visibilidade, como apropria e em que condições este bem, sobretudo na sua forma escolar e em função disso se estrutura, é também altamente revelador das dinâmicas sociais.

No nosso trabalho, o ciclo de estudos em análise é o ensino secundário liceal que, pela sua própria natureza, se apresenta como um ciclo privilegiado para a formulação e captação de estratégias educativas por parte do Estado, da Igreja e das classes sociais.

É do seu carácter «desinteressado», da sua aparente inutilidade, para além da formação do carácter através de um saber improdutivo, que lhe advém toda a utilidade social, a afirmação de uma barreira e de um nível, a produção de uma distância social.

É a ausência de toda a preocupação profissional imediata sobretudo a criação de um corpo moral e cultural que parece defini-lo; no entanto é simultaneamente preparatório da frequência universitária pela aptidão de espírito que promove. Ora, a frequência do ensino secundário e o seu diploma criam condições de ascensão social ou de manutenção de posição para determinados grupos sociais, pelo acesso que permite às carreiras administrativas ou após frequência universitária às profissões liberais e outras. Se para uns constitui, pela sua «inutilidade», a confirmação de um estado, para outros significa a detenção de um património com valor no mercado de trabalho.

Para o caso feminino, este valor promocional do diploma liceal ganha uma importância específica: por um lado existe a possibilidade histórica de ser

obtido; por outro lado, com ele opera-se uma transfiguração, pela passagem que permite de uma identidade sexual estrita para uma identidade escolar mais liberalizadora. À mulher, munida do diploma liceal não só estão abertas determinadas carreiras profissionais não manuais, como também por esse facto a sua identidade social aproxima-se de uma identidade profissional, podendo dizer-se que de alguma maneira, o diploma escolar permite anular formalmente a desigualdade sexual.

Para qualquer dos casos, o ensino secundário, sobrepõe-se como forma escolar a uma etapa de grande intensidade educativa, preparatória da vida social plena e em função da qual sócio-historicamente se erigiram modelos educativos e pedagógicos complexos, como o colégio do séc. XVI e o liceu do séc. XIX.

Este, ao ser criado e ao expandir-se, não ocupa em Portugal todo o campo educativo, subsistem formas privadas e privativas de educar, como o ensino doméstico, preceptorial e em colégio, que não sendo unicamente dirigido para as raparigas, ganha uma particular expressão, quando compreendido em relação ao feminino.

Sob a capa aparentemente homogeneizante do ensino secundário, escondem-se, em função da via pública ou privada numa pluralidade de estratégias educativas e escolares, cuja compreensão nos remete para as classes sociais e para a sua expressão ao nível dos investimentos educativos.

A coexistência do público e do privado, no mundo educativo, é ainda um lugar privilegiado de observação das dinâmicas e articulação fundamentalmente do Estado e da Igreja e da capacidade relativa que apresentam de imprimirem a sua marca e direcção educativas à sociedade.

A década em análise, a década de 30, é rica de solicitações intelectuais particularmente neste campo. Como fase de mudan-

ça não é unívoca nas suas manifestações. Ao mesmo tempo que se reforça o poder do Estado e que este imprime a sua ortodoxia à sociedade e à educação, dotando o ensino público não só de finalidades nacionalistas e patrióticas e, sobretudo o liceal de um carácter elitista, o liceu parece ser «invadido» por uma procura crescente «desclassificada social e culturalmente» e marcadamente feminina. Simultaneamente, dá-se uma «explosão» no crescimento do ensino particular, propiciado pelo novo regime, mas subordinado ao modelo estatal.

Do ponto de vista das estruturas mentais, assiste-se à produção e veiculação de toda uma literatura pedagógica, científica, etc. em que é advogada a necessidade da educação feminina, tendo em conta uma trama complexa de razões. Casamento e mercado de trabalho já não são equacionados pela exclusão de um dos termos. No decurso das sociedades liberais e industriais a condição feminina desenha-se num horizonte de incertezas hipotéticas. A antiga educação, nos seus conteúdos e práticas, entende-se num mundo fechado, em que o lugar da mulher, sobretudo das classes médias urbanas era seguro e todo doméstico. A ousadia filo-sófica das Luzes, a referência sócio-política do liberalismo, as mutações estruturais decorrentes da sociedade industrial (demo-gráficas, familiares, da estrutura ocupacional etc.) colocaram, à semelhança da questão operária a questão feminina. A relativização do casamento como porto de abrigo e a consequente procura de uma capacitação individual da existência, fazem crescer a necessidade da educação e da instrução para as mulheres. Neste quadro, estratégias puramente escolares ganham uma progressiva autonomia face às educativas, cuja demarcação para os anos 30 e para o caso português, não se





evidencia unicamente em função do tipo de estabelecimento frequentado no limite o liceu feminino ou o colégio, embora constitua, para o observador, uma ponta do véu a levantar.

A problemática da educação feminina é inseparável das instituições que a enquadram, tornando desta forma mais complexa a apreensão de uma condição, pela análise de via educativa escolar, visto que esta, circunscreve, não uma, mas várias condições, resultantes de estratégias educativas, com referências e contornos histórico-sociais diversificados. Por hipótese, o liceu feminino, forma educativa secular e credencial, constitui meio de mobilidade social ascendente ou de manutenção de uma posição para determinadas fracções das classes urbanas, por outro lado, a frequência do colégio e do ensino particular na generalidade, constituindo um meio histórico de educação das raparigas das classes superiores, não pressupondo geneticamente certificação escolar alguma, vai coexistir com o ensino oficial e em alguns casos funcionar como a sua alternativa escolar, (como constatamos através da análise das populações escolares do Liceu Carolina Michaelis e do ensino particular), revelando-se a educação feminina um espaço social privilegiado, onde se investem lutas para a diferenciação de «identidades», manifestação singular das lutas sociais mais gerais e consubstanciais à sociedade portuguesa no período em análise: redefinição de um novo modelo de sociedade e dos lugares e pesos relativos das suas estruturas centrais — o Estado, a Igreja e a Família.

Para o caso feminino, surpreendemos em Portugal no início do séc. XX a emergência da intromissão estatal através da criação do Liceu Feminino em 1906. Posteriormente, nos anos

30 é a mesma intromissão estatal sentida a nível do ensino particular: por um lado permitindo a reinstalação deste ensino, ameaçado pelo passado recente anticlerical e republicano, por outro lado, ao conformá-lo ao *curriculum* e exigências estatais cujo modelo era o liceal, obrigou à sua escolarização, criando desta forma condições para uma mais efectiva instrução das raparigas.

Este processo não decorre sem a habitual ambiguidade com que são apresentadas historicamente as soluções educativas para o género feminino, não «profissional» por natureza, mais educável que instruível, fortemente ponderado pela classe social — a certificação escolar é sempre, para as que, pela sua condição precisam de trabalhar.

Ora, é à orientação e reorientação das escolhas neste campo que assistimos e que a década de 30 permite captar de uma forma privilegiada, dado estarmos perante uma fase de mudança sociopolítica e ideológica, com um ensino secundário oficial e num processo de afectação pelo Estado e um ensino particular propiciado, em reconstituição, o que permite surpreender as «manobras» não só no terreno das classes sociais, como também a forma como o Estado gere os dois campos, como os afecta aos seus propósitos na produção do modelo social que visa implantar.

Esta constatação permite derrubar assim a dicotomia implícita e veiculada pelo senso comum, que articula, por exclusão, estes dois campos educativos, partindo do princípio que o ensino público consubstancia os propósitos laicistas e progressistas que a sua constituição histórica lhe atribui, remetendo-nos portanto para um conceito de totalidade social sem referência às classes sociais, ao passo que o ensino particular, expressão de classe, coexistiria para aqueles que não se confundem com a totalidade referida e que de uma forma quase essencialista apresentam historicamente

um conceito de si próprios muito elaborado.

Podemos dizer que o Estado Novo baralhou esta funcionalidade, servindo-se do ensino particular, no ensino secundário, a par de outras medidas de contenção escolar, nomeadamente no ensino primário, como instrumento ao serviço da sua política de ajustar à educação à estrutura social e como resposta negativa a uma procura crescente do ensino secundário liceal.

O ensino particular é assim só por si, num campo muito rico de solicitações intelectuais, entendido por relação ao ensino oficial e este conjuntamente com aquele permitem uma aproximação muito mais complexa e esclarecedora dos movimentos sociais em torno da apropriação do sistema educativo. O exercício do ponto de vista sociológico, articulando assim público e privado no contexto das relações sociais, permite captar com mais clareza a sua natureza, bem como clarificar o papel do Estado. Permite ainda perspectivar o consumo escolar pela base, ou seja, através da perspectiva dos seus utilizadores e dos seus agentes, demarcando-se particularmente a família como lugar educativo, na sua articulação «natural» com as instâncias educativas ou como corpo organizado através das suas associações.

O panorama que acabamos de traçar coloca um grande número de questões acerca da escolarização feminina, dos seus efeitos para esta categoria social e na estrutura social dada a sua articulação entre o ensino público e o ensino privado.

O ensino público apresenta uma componente de certificação indiscutível, a sua extensão e a sua apropriação pelo sexo feminino são supostos ser uma via de acesso às profissões que exigem uma escolarização mais prolongada ou ao mercado de trabalho no sector terciário; o ensino particular, e em particular para o sexo feminino pela própria natureza das suas instituições

Ensino privado: algumas dimensões sociológicas em análise

CARLOS VILAR ESTEVÃO (*)

(preceptoral, colégios de religiosas etc.) supõe historicamente mais uma via educativa com efeitos no espaço doméstico do que em projecto escolar.

Ora em Portugal e durante os complexos anos 30, é na articulação destes dois sectores que se produz o crescimento da população escolar feminina, com mais peso é certo, no ensino particular. Todavia a sua conformidade ao modelo estatal, obriga-nos a relativizar a sua eficácia puramente educativa, sendo levados a crer que foi a escolarização secundária feminina que se impôs definitivamente. ▲

Referências:

Rocha, C. (1990), «Entre l'enseignement privé et l'enseignement public: l'éducation secondaire féminine au Portugal, 1920-1940», Comunicação à Conferência Internacional *La place des filles et le rôle des femmes dans l'éducation secondaire et supérieur*. Florença: Instituto Universitário Europeu.

Rocha, C. (1991a), «Contribuição do ensino secundário liceal feminino para um modelo de educação pública da mulher — 1888-1940», In *Ciências da Educação em Portugal. Situação Actual e Perspectivas*, Porto, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação / Afrontamento, pp. 219-233.

Rocha, C. (1991b), *A Educação Feminina entre o Particular e o Público. O Ensino Secundário Liceal nos anos 30*, Lisboa: FCSH/Universidade Nova de Lisboa (Tese de Mestrado).

A inclusão da temática do ensino privado num número desta revista dedicada à sociologia da educação poderá provocar alguma surpresa face à marginalização a que este sector do nosso ensino tem sido votado por parte das ciências da educação, verificando-se frequentemente, nos raros tratamentos de que tem sido alvo, a assunção acrítica de lugares-comuns ideológicos a favor ou contra, sem nunca se contribuir para o aprofundamento teórico do conhecimento da *factualidade* deste sector do sistema educativo.

Tendó em vista alertar para outros desenvolvimentos analíticos desta problemática indicarei, a partir das focalizações que a sociologia nos oferece, algumas abordagens possíveis que têm sido objecto, aliás, da nossa investigação.

(*) Assistente do Instituto de Educação da Universidade do Minho. O presente artigo foi escrito em Junho de 1991.

O sentido do *privado* e sua legitimidade, na educação, está muito condicionado por variáveis políticas, por vezes conjunturais, que constantemente o recolocam em contraste com o *público* e, ao mesmo tempo, de acordo com alguns dos valores sociologicamente implícitos no espectro político bipolarizado em esquerda e direita. Para além deste aspecto que interfere na definição e legitimação do *privado*, outros há que colidem com a sua definição e relacionamento com o *público*. Assim, por exemplo, a tradição política e sociocultural dos países pode ajudar a compreender as relações de subalteridade ou complementaridade entre o público e privado e, ao mesmo tempo as interpretações diferenciadas do princípio da liberdade de ensino e do seu exercício social que, nesta altura, nos interessa, mais focar (1). De igual modo, a imputação do carácter social ao sector público e do carácter particular ao sec-